■ NACIONAL

Nove sorrisos e uma feia careta

Mario de Almeida
de São Paulo

(Continuação da pág. A-1)

Exportações — *O motor inicial da presente expansão é o comércio externo. A conta genérica das exportações não mostra grande coisa, mas o gráfico da primeira página indica que as vendas externas de manufaturas reverteram o acumulado nos 12 meses precedentes já em julho passado.*

Essa atividade representa cerca de 5% da renda nacional. É pouco e prova mais uma vez o grau de isolamento da economia brasileira. Mas o que importa neste momento é a taxa de crescimento, da ordem de 20% sobre o mesmo período de 1999. Em dinheiro, caso o ritmo permaneça sólido nos próximos meses, serão US$ 6 bilhões adicionais no PIB. Ou seja, 1% de expansão, pelo menos um quarto daquilo que os economistas do governo projetam para este ano e até um terço se vingar a estimativa mais conservadora de bancos estrangeiros.

Problema clássico nos textos de economistas bem instruídos, a falta de dinamismo das exportações de produtos industrializados está na seiva que alimenta a vida das fábricas que operam no Brasil. Durante a recessão pavorosa de 1990-93, essa rubrica passou de US$ 16 bilhões para US$ 24 bilhões, numa sólida expansão de 50%. Quando o mercado interno reativou, nos seis anos que completaram a década de 90, o crescimento total foi de modestos 10%.

Na própria indústria vigora uma explicação padronizada há décadas para esse desempenho: falta de estímulo cambial, falta de estímulo de crédito e falta de agressividade nas negociações para abrir mercados protegidos. Isso é verdade, mas empurra o problema inteiro ao colo do governo. As coisas ficariam mais claras se fosse agregado um fator que percorre conversas informais nos círculos de empresários, mas raramente sobe à mesa em debates públicos: a concentração das vendas externas em forma de granel ou produtos intermediários, com reduzido valor agregado.

O caso mais impressionante é o do suco de laranja. Líder na produção e comercialização do concentrado, o Brasil registra ingresso médio de US$ 1 por quilo dessas pedras supergeladas postas no navio. No destino, os engarrafadores colocam água na proporção de sete para um e vendem o produto a US$ 3 o litro. O multiplicador gira, portanto, na faixa de 24. Quando se toma a cadeia metalmecânica, o multiplicador ficaria em torno de oito. Nas proteínas animais, de 6. Nas confecções, de 20.

Quando se abrem as exportações do México (US$ 140 bilhões/ano), Itália (US$ 200 bilhões/ano) ou Espanha (US$ 100 bilhões/ano), a proporção de artigos prontos para consumo passa invariavelmente acima dos 60% das vendas de manufaturas ao exterior. Aqui, o padrão fica abaixo dos 20%. Falta capital barato para investir em marcas. Mas empresários capazes de falar inglês e determinados a fazer uma operação internacional consistente também ajudariam a manter o impulso que anima a fase inicial do ciclo de crescimento.

Um programa para implantar e consolidar marcas brasileiras em mercados que se mostrassem menos inóspitos a recém-chegados, Ásia e faixa Oeste do Continente americano, por exemplo, faria dobrar a receita com manufaturas em cinco anos. Isso quer dizer uma base de expansão para o PIB de 1% ao ano durante meia década. Vendendo a granel, na velha lógica da economia agropecuária, será preciso ao menos o dobro do tempo. E o impacto expansionista sobre a renda interna ficaria muito abaixo do que deve ser registrado neste ano.

Emprego e salários — *A estagnação longa de 30 meses impôs forte aumento na taxa oficial do desemprego metropolitano. Em cinco anos, esse indicador, que ficava em torno dos 4%, bateu acima de 7%, portanto quase o dobro. Simultaneamente, o crescimento do salário real de quem manteve seu posto de trabalho arrefeceu depois do terceiro trimestre de 1998. Adultos no auge da capacidade de gerar riqueza ingressaram no ciclo perverso do endividamento, seguido pelo temor de perder a vaga.*

A demanda agregada caiu por efeito dessa reverberação do fenômeno social no econômico até meados de 1999. Desde então, há sinais de retomada no consumo, registrados em especial no aumento da arrecadação do ICMS pelos estados. Mas o endividamento das pessoas físicas, que tinha parado de subir desde fins de 1998, só passou a declinar acentuadamente no começo deste ano, não por acaso o momento da retomada das contratações.

No geral, a demanda interna para bens de consumo de massa ficou estável nos últimos três anos de crise, graças à estabilidade nos preços. A base da pirâmide segurou o que havia ganho com o fim da inflação. A queda no consumo de bens duráveis, brutal desde meados de 1998, ainda não recuperou os níveis anteriores. Mas será o próximo elemento dinâmico da recuperação. Pessoas com dívidas sob controle e sem medo de perder o emprego logo se dispõem a comprar a prestação.

A perspectiva de uma inflação de demanda soa, no entanto, remota. O regresso de trabalhadores do mercado formal, a chegada no mercado das classes numerosas nascidas na metade da década de 80, antes da queda impressionante do padrão de natalidade e, sobretudo, a curva de recuperação dos salários reais mais lenta em tais circunstâncias, garantem um período de alguns anos, pelo menos três e talvez um pouco mais, sem que o fator mão-de-obra pese outra vez na planilha de custos das empresas. Se os ganhos de produtividade com os investimentos pesados que o setor privado executou nos últimos anos forem os esperados, esse período de estabilidade pode se estender ainda mais.

O capital privado estrangeiro é, isoladamente, a principal alavanca para o crescimento pelo lado da oferta

Investimentos — *Contestado entre políticos na estação eleitoral, o fluxo de investimentos diretos de companhias estrangeiras ficará acima dos US$ 25 bilhões neste ano e deve produzir outros US$ 80 bilhões nos quatro anos seguintes.*

Esse dinheiro serve desde logo para acertar as contas externas. Mas o impacto que conta para a expansão da economia aparece nos ganhos de produtividade. O valor das vendas por empregado começou a subir aceleradamente na indústria brasileira depois de 1990 e a curva ainda está longe de arrefecer.

Na realidade, esse mecanismo torna-se cada vez indispensável para assegurar o crescimento nas próximas décadas, uma vez que a recente queda no índice de natalidade dá conta de que em breve haverá menos trabalhadores ingressando a cada ano no mercado de trabalho do que pessoas se aposentando.

O capital privado estrangeiro que está sendo investido em atividades produtivas no País entre 1998 e 2004, pelo menos US$ 160 bilhões, segundo as estimativas do Centro de Informações deste jornal, de um total próximo de US$ 400 bilhões em investimentos totais, é, isoladamente, a principal alavanca para assegurar o crescimento pelo lado da oferta. É mais do que entrou de capital estrangeiro nos cinqüenta anos anteriores e resultará em impacto definitivo no sistema produtivo.

Contas Públicas — *A receita federal com impostos está cerca de 10% reais acima do nível do ano passado. Os estados registram acréscimos da mesma ordem quando se observam os números sem a proteção dos indexadores exagerados, como o Índice de Preços por Atacado (IPA), que secretários de Fazenda justamente preocupados com despesas em ano eleitoral fazem questão de mandar aplicar na arrecadação.*

Despesa de governo no Brasil é composta de duas partes essenciais: pessoal, praticamente estável nos últimos tempos, e juros. Nos estados, a primeira categoria toma entre dois terços e quatro quintos da arrecadação, enquanto as dívidas foram transferidas ao Tesouro. Os números da receita devem, portanto, ser analisados nominalmente. No caso do governo federal, onde os juros fazem estrago incomparável, só uma redução efetiva nos juros poderá curar o déficit, que deverá fechar este ano na casa dos 3,5%.

É muito em comparação a outros países, em particular os europeus, que fizeram uma força danada para se colocarem na posição de ingressar na zona do Euro, apresentando para tanto um déficit inferior a 3% da renda nacional. Mas é também o menor déficit exibido por um governo brasileiro desde1993, quando as contas ainda mostravam o benefício aritmético do confisco cambial executado no biênio 1990-91. Na verdade, mais dois anos de crescimento sólido e o governo brasileiro poderá também mostrar um déficit de 3%.

A dívida mobiliária fora do Banco Central, que triplicou nos últimos cinco anos na proporção em que os esqueletos foram retirados dos armários oficiais e, mais importante, que os juros altos foram empregados agressivamente como defesa da paridade cambial fixa, dá mostras de caminhar para a estabilidade. O nível de equilíbrio, cerca de 35% da renda nacional, não é confortável para uma economia que tem praticado juros básicos reais da ordem de 12% nos últimos meses.

Qualquer política monetária que exija remuneração acima dos 3% reais para títulos públicos só pode ser de curta duração. Mas a conta nominal de juros para 2000, estimada em R$ 85 bilhões, assusta menos do que os R$ 130 bilhões consumidos no ano passado. Se a tendência para 2001 se confirmar, essa rubrica cairá para cerca de R$ 60 bilhões e não funcionará como elemento de instabilidade.

Competição — *A transferência de parte substantiva dos serviços públicos, telecomunicações à frente, para capitais privados, amputou a causa talvez mais elementar da espiral inflacionária e da falta generalizada de eficiência nas atividades produtivas deste País . Mesmo com a garantia legal de reajustes nos cinco anos que seguem cada privatização, os ganhos de eficiência superam toda expectativa.*

Um dogma da década de 80, por exemplo, dizia com base nos livrões do Banco Mundial que o custo médio da eletricidade entregue ao consumidor brasileiro deveria ficar acima dos US$ 55 por MWh. O preço médio de venda no mundo que conta oscila em torno dos US$ 22, mas a obrigação de servir ao endividamento das concessionárias estatais brasileiras impunha sobrepreço inimaginável.

Como as indústrias gritavam com razão, em nome de sua capacidade para competir, o peso das tarifas costumava desabar sobre ombros mais frágeis do comércio e dos usuários residenciais. Hoje, ainda que a oferta seja escassa, o preço já caiu para cerca de US$ 40 por MWh. E fala-se em redução de 30% reais nos próximos cinco anos. Telefones, água e todos os insumos comportam-se no mesmo sentido.

Além dos serviços públicos, uma tendência cadente nas tarifas alfandegárias, determinada pela inserção da economia brasileira em blocos, criou uma oportunidade de redução geral nos custos dos fatores de produção industrializados. A recente subida do petróleo é uma exceção, cujo impacto no índice de preços parece inexorável. Mas como o ponto de partida das barreiras a produtos importados estava entre os mais elevados do planeta, o caminho a percorrer ainda dá espaço a fortes ganhos pelo exercício da competitividade.

Agropecuária — *A dívida rural acumulada nas décadas de inflação crescente quebrou tecnicamente o Banco do Brasil, derrubou uma dúzia de ministros, produziu crise política perene, com a erupção de uma bancada parlamentar de fazendeiros que saltou sobre partidos e líderes para construir uma pauta de negociações somente compreendida por iniciados, mas depois de cinco anos de duelos e um dispêndio calculado em US$ 40 bilhões de verbas públicas, foi domada.*

Pouca gente da cidade dá crédito ao fato de que a terra emergiu em meados da década de 70 como proteção eficaz contra a perda do valor das diferentes moedas que povoaram o bolso dos brasileiros no período. Da mesma forma como subiu, o preço das fazendas despencou na era da estabilidade. A confusão imposta a quem vivia da atividade agropecuária foi exasperadora, assim como tornou-se quase impossível programar investimentos em máquinas ou, no caso dos criadores, animais de qualidade.

Hoje, o campo brasileiro virou negócio para profissionais. Uma força capaz de impulsionar a expansão em lugar do efeito frenagem que predominou inclusive durante os precedentes ciclos longos de crescimento. Um ano com expansão de 10% no campo significa 1% a mais no PIB. Pode ser que neste ano a taxa seja inferior. Mas pela simples liberação do peso dessa atividade sobre as contas públicas, o setor rural está entre as forças que estimulam a expansão.

O campo brasileiro virou negócio para profissionais, uma força capaz de impulsionar o desenvolvimento

Descentralização — *Durante o último ciclo longo de expansão reclamava-se que São Paulo concentrava a metade do PIB nacional, tendo apenas um quinto da população. Desta vez, o estado mais industrializado tem uma participação de 37% na renda nacional. Metrópoles regionais ganharam mais autonomia; o Rio de Janeiro voltou a se destacar como o segundo pólo econômico, depois de haver sido alcançado por Minas Gerais no começo da década de 90; e a região Sul tem condições de relançar o seu crescimento depois de pelo menos duas décadas de estagnação.*

A multiplicação de centros de decisão abre espaço para investimentos que parecem absurdos quando analisados segundo olhos e lógica dos centros tradicionais. Em países com grande extensão territorial, só a liberdade de movimentos abre espaço para o crescimento perene, como nos Estados Unidos.

Logística — *Os custos de captação de matérias-primas e de distribuição estão em queda constante e progressivamente acelerada em todo o País . Os eixos de desenvolvimento, animados pelo governo federal, parecem ter efetivamente identificado e atacado os gargalos que limitavam a circulação dentro do País e o acesso aos vizinhos continentais.*

O Brasil se transformou nos últimos três anos em grande importador de energia e insumos dos demais países da América do Sul e a disseminação do uso do gás natural como fonte primária de calor sublinha a mudança da prioridade no campo energético, da autonomia absoluta desejada em meados do século XX para a busca de eficiência que predomina na alvorada do século XXI.

Salto Tecnológico — *Desprovido de telefones desde sempre, o Brasil tem a oportunidade de saltar direto da surdez para a oferta abundante de celulares, o meio de comunicação tido como mais promissor para unificar as tecnologias dentro de um par de décadas, quando as limitações regulatórias para uso dos diferentes comprimentos de onda farão parte das lendas remotas da humanidade.*

Alguns países asiáticos também aproveitam essa mesma oportunidade. Aqui, com as distâncias enormes, o ganho é incomparável. O custo de instalação de uma linha telefônica na época da Telebrás subia a US$ 5 mil. Descontando todas as coisas imagináveis que vinham embutidas nessa exorbitância, ainda sobravam talvez US$ 2,5 mil de investimento efetivo.

Concessionárias privadas em ação no País dizem que, hoje, esse custo baixou para US$ 1 mil. Isso porque aumentou o volume das encomendas de equipamentos e melhorou a gerência. Mas o competidor que trabalha sem fio, tanto nos celulares como nas empresas-espelho, consegue instalar uma linha residencial por US$ 500. Esse ganho, mencionado como exemplo de um ciclo que inclui o uso da Internet e demais ferramentas contemporâneas, permite ao Brasil, pela primeira vez, desfrutar dos ganhos de produtividade em sintonia com os es desenvolvidos.

Transações correntes — *A principal dificuldade que afetava a consistência da recuperação foi temporariamente afastada no primeiro bimestre do ano, quando o déficit em conta-corrente se estabilizou em US$ 23 bilhões nos precedentes doze meses. Isso representa melhoria de um terço em relação ao pico das dificuldades, no biênio 1998-99. Mas reside nessa rubrica a maior e mais conhecida fraqueza do modelo em vigor. Um elemento negativo que irá certamente criar problemas daqui alguns anos.*

Ainda falta um bom pedaço de chão até que o País alcance uma situação em que tal déficit permaneça na faixa de US$ 15 bilhões, algo que poderia ser coberto duradouramente pela diferença entre os investimentos estrangeiros diretos e a remessa de lucros deles decorrentes. Uma garantia para tal desempenho seria a restauração dos saldos comerciais da ordem de US$ 10 bilhões/ano, coisa nada simples num ambiente de expansão. A opção seria buscar investimentos diretos acima de US$ 25 bilhões/ano durante período longo, talvez uma década ou mais, hipótese inverossímil pelo impacto político que a correspondente desnacionalização provoca numa sociedade com identidade forte e alma isolacionista.

Eis, na prática, o ponto fraco do ciclo expansionista. A escassez crônica de capitais produz crises cambiais periódicas, cuja freqüência dobrou nos últimos vinte anos em razão da maior complexidade da vida social e econômica dos brasileiros. Quatro choques cambiais em duas décadas, respectivamente 1981-83, 1987, 1989 e 1999, como registram os anais, é dose que desequilibra a lógica das empresas.

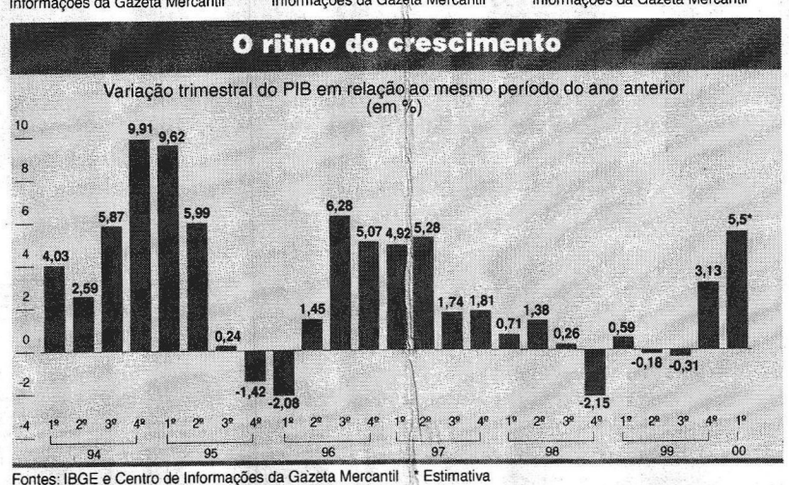
A vida sob o câmbio flexível corta uma parte importante do risco embutido na política de atração de capitais financeiros mediante juros compensadores. Mas não resolve o essencial, qual seja a fraca relação entre o estoque de ativos financeiros e a renda nacional. Tomando-se uma referência indireta, pois esse tipo de conta é sempre indicativo, países com moeda estável e conversível apresentam um M4, o indicador mais genérico dos haveres monetários de um Estado nacional, da ordem de 2 vezes o PIB. O Japão, epicentro da poupança obsessiva e do consumo mitigado, exibe um generoso fator 3.

Aqui no Brasil, essa relação é de 50%. E mesmo que mostre tendência a subir, pois não atingia sequer 20% faz três décadas, o desempenho não elimina a carência de recursos. Não existe grande empresa brasileira disposta a abrir seu capital no mercado interno, pois os acionistas desdenham, com razão, aquilo que obteriam para compartilhar a gestão de negócios complexos em mercados cada vez mais competitivos. A fórmula dos ADRs em Nova York resolve situações individuais, mas somente acentua a impressão de que a falta de capitais abundantes é a causa profunda dos desequilíbrios no crescimento do País.

Mas essa é uma questão que ficará sob controle ao menos por mais quatro ou cinco anos. Sem uma resposta eficaz, esse fator irá mais uma vez interromper o ciclo de prosperidade, como aconteceu em 1961 e depois da primeira crise do petróleo, em 1974.

O cenário da expansão
Indicadores da economia brasileira

Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil



Fontes: IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Estimativa